

Campina Grande, maio de 2005 - número 06

Editorial

O sexto número do Informativo *Orçamento Municipal & Participação* traz uma reflexão sobre o Orçamento Participativo de Campina Grande em 2005 e também o resultado da avaliação realizada no mês de abril pelos Delegados/as e Conselheiros/as do OP, proposta pelo Centrac. Com isto, reafirmamos o nosso com a condução séria deste processo democrático, que prova que a partilha de poder é uma alternativa viável para a concretização de políticas públicas visando a inclusão e a justiça social.

Expediente

Centro de Ação Cultural
CENTRAC

Rua Rodrigues Alves, 672 - Prata
CEP: 58101-290 Campina Grande/PB
Telefax: 3341-2800 Cx. Postal: 151
E-mail: centrac@terra.com.br
Página: www.centrac.org.br

Textos:

Áurea Olímpia Figueiredo
Maria Madalena de Medeiros
Maria do Socorro de Oliveira

Colaboração:

Tamara Bastos
Luciano Cristóvão

Diagramação:

Áurea Olímpia Figueiredo

Fotos:

Áurea Olímpia Figueiredo
Luciano Crstóvão

Tiragem: 1.000 exemplares
Apoio: D&P e Cordaid



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: NOVA GESTÃO, VELHAS PRÁTICAS.

Desde 1997, parte da população de Campina Grande vem vivenciando o chamado Orçamento Participativo. No entanto, a experiência pouco acumulou do verdadeiro sentido da democracia participativa nesses anos todos. O CENTRAC entende o OP como um importante espaço para a efetivação da participação cidadã, uma vez que extrapola as fronteiras da democracia representativa. O OP como instrumento democrático, foi pensado para compartilhar poder. O poder de decidir sobre os gastos públicos (investimentos) do Estado a partir da vontade popular e seus interesses. Mais que isso, o OP se propõe a redirecionar os investimentos para os que possuem pouco ou quase nada, tendo como fim a inclusão social.

Deste modo, o OP só tem sentido se sua metodologia proporcionar o ajustamento da participação popular com a partilha na tomada de decisão das prioridades anuais, investindo mais em políticas públicas para as populações que sempre ficaram à margem dos benefícios realizados pelos Governos.

Em Campina Grande, apesar de o OP ter se perpetuado por nove anos e ter resistido a 3 administrações distintas, a experiência ainda hoje apresenta graves problemas. Como considerar o OP de Campina Grande participativo, quando a população não sabe

Das instancias, das regras e dos passos do processo? E a população envolvida não tem direito de falar e ser ouvida pelos secretários, enquanto agentes políticos que detêm poder de decisão em relação às políticas públicas? Quando não se dispõe de dados e informações sobre a realidade do município para ajustar riquezas? E os participantes não têm instrumento para decidir sobre as prioridades, com o objetivo de diminuir as desigualdades com efetiva inclusão social?

O atual governo precisa dar prioridade ao OP se acredita ser popular e democrático, investindo numa metodologia clara e sistemática, com objetivos bem definidos que proporcionem a participação direta do cidadão com suas demandas e à seleção de prioridades a partir de critérios estabelecidos pelo próprio processo. Os mesmos erros das gestões anteriores persistem: demandas são priorizadas aleatoriamente sem critérios técnicos que favoreçam a justiça social, inviabilizando assim, a consolidação do OP como espaço que visa tornar a democracia formal, numa democracia real. Essa situação resulta num quadro desmobilizador para as lideranças que lutam por mudanças efetivas.

Fique de olho!

“Quem Não deve Não teme!”

“As contas da prefeitura e da Câmara são públicas. De abril a junho, qualquer cidadão tem livre acesso à prestação de contas do seu município.” Fiscalize o dinheiro público que sai dos nossos bolsos!

Maiores Informações: www.controlepopular.org.br



A democratização das nossas sociedades se constrói a partir da democratização das informações, do conhecimento, das mídias, da formulação e debate dos caminhos e dos processos de mudança

(Betinho)

passado...

O Centrac iniciou, nos dias 16 e 17 de abril, o Curso “Por Dentro do Orçamento” de 2005, com a participação de cerca de 60 pessoas, entre conselheiros/as e delegados/as do Orçamento Participativo, estudantes, profissionais e membros de conselhos setoriais municipais e de pastorais sociais.

O Curso tem o objetivo de “capacitar lideranças e cidadãos/ãs para a atuação qualificada nos espaços de construção, definição e implantação de políticas públicas”. O curso é dividido em quatro módulos, sobre os seguintes temas: Participação Cidadã, Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal e Conselhos Setoriais e Gestão por Fundos. O último módulo acontecerá nos dias 18 e 19 de junho.



Curso PDO 2005

futuro...

Na programação 2005 do Programa Mercosul Social e Solidario (PMSS) do Centrac estão previstos, para o segundo semestre, intercâmbios e Seminários Regionais e Nacionais. Nos intercâmbios, pessoas dos 05 países do PMSS (Chile, Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil) visitarão e serão visitadas por outras interessadas em conhecer suas experiências de participação. Os Seminários Regionais acontecerão no Rio de Janeiro (Julho) e Recife (Agosto), já o Nacional acontece em São Paulo (Outubro).

DELEGADOS/AS E CONSELHEIROS/AS AVALIAM O OP

O Centrac realizou no Auditório da Biblioteca Municipal, no dia 15 de abril, às 19h, uma avaliação sobre o Orçamento Participativo de Campina Grande, com o objetivo de identificar fragilidades e potencialidades, contribuir com o fortalecimento e fazer avançar o processo de participação e co-gestão da coisa pública. Na ocasião, os 80 delegados/as e conselheiros/as presentes mostraram-se insatisfeitos com o atual processo do OP.

Foram identificadas dificuldades e determinadas posturas que, no entender geral, comprometem ou inviabilizam o processo, enquanto instância de participação popular ou democracia participativa. O encontro resultou num documento com uma síntese da avaliação que foi entregue ao Prefeito Veneziano Vital do Rego.

Os desdobramentos da avaliação estimularam a renovação das comissões de Metodologia, Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária do CONSE e a criação da Comissão Extraordinária de Elaboração Regimento Interno dos Fóruns de Delegados e a Comissão Regional de Acompanhamento e Controle a Execução Orçamentária. Nesse processo, chama a atenção o caso do Fórum de Delegados, instância criada pelo último regulamento e que tem por objetivo selecionar as demandas prioritárias, subsidiado por critérios técnicos (grade de carência), que este ano perdeu sua principal função quando as demandas foram aleatoriamente escolhidas na Conferência da LDO.



Avaliação do OP com os Delegados/as e Conselheiros/as.

ALGUNS PONTOS LEVANTADOS NO SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO OP

1. O processo não tem sido prioridade nesta gestão e nem divulgado pela mídia de forma a tornar-se um espaço efetivamente participativo que defenda e garanta a participação popular como forma de radicalização da democracia partilhada entre o Estado e a Sociedade e de promoção da justiça social e equidade no combate à desigualdade.
2. Nenhuma metodologia foi acordada passo a passo pelo poder executivo e os participantes, explicitando o processo de execução do OP e o papel dos agentes envolvidos, do Governo e da Comunidade.
3. Nenhum passo foi dado no sentido de se construir o Regimento Interno para o Fórum de Delegados.
4. As demandas têm sido levantadas e priorizadas sem nenhum critério geral ou técnico, a **Grade de Carência** não existe e por isto não tem sido uma ferramenta de planejamento das ações governamentais e do OP, o que possibilitaria uma justa distribuição dos recursos públicos por Região Orçamentária e atenderia às escolhas das próprias comunidades.
5. Não existiu nenhum momento de formação com o objetivo de garantir a apropriação por parte dos participantes das noções básicas sobre Orçamento Público e a metodologia do processo.
6. As Plenárias de Bairros, as Plenárias Regionais e os Fóruns de Delegados foram realizados sem participação d@s secretári@s nas etapas de discussão do levantamento das demandas e prioridades o que deixa à mostra a falta de interação entre @s secretári@s e o OP.